



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002290-51.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **CAROLINA DE ARRUDA LEITE VIDIGAL**
 Requerido: **Net São Carlos S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que em 2009 celebrou com a primeira ré contrato para a prestação de serviços variados (TV, telefone e acesso à internet), cancelando-o em 2010 porque se mudou para outro país.

Alegou ainda que a primeira ré manteve sem justificativa os serviços de telefonia, inclusive gerando débitos automáticos na conta que mantinha junto ao segundo réu, a qual não mais movimentava.

Salientou que isso lhe gerou um saldo negativo na conta e por isso foi indevidamente inscrita perante órgãos de proteção ao crédito.

As preliminares de ilegitimidade de parte arguidas pelos réus em contestação não merecem acolhimento.

Quanto à primeira ré, sua ligação com os fatos noticiados é evidente porque foi ela a causadora de todo o evento trazido à colação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

Quanto ao segundo réu, a possibilidade de figurar na relação processual advém do fato de ter negativado a autora, pouco importando nesse contexto perquirir se a negativação foi ou não irregular porque essa é questão de mérito.

Rejeito as prejudiciais, pois.

No mérito, há duas fatos distintos que demandam apreciação nos autos.

O primeiro deles concerne à autora e à primeira ré, atinando ao cancelamento do contrato de prestação de serviços que existia entre ambas.

Sustenta a autora que solicitou o cancelamento total do contrato, isto é, por todos os serviços que previa, mas a ré manteve em vigor os de telefonia.

Esse lapso foi admitido pela ré a fls. 21/22, reconhecendo inclusive a cobrança sem lastro a sustentá-la de R\$ 402,30, além de atribuí-lo a problemas em seu sistema de computação.

O quadro delineado basta para firmar a convicção da falha na prestação dos serviços a cargo da ré.

Ela não só deixou de cancelar os serviços de telefonia que a autora já não utilizava como foi além para cobrar por eles sem que à evidência tivesse respaldo para tanto.

Por outro lado, patenteou-se nos autos que a imputação do débito automático rendeu ensejo a saldo negativo na conta da autora, ou ao menos não foi amealhado dado algum que denotasse que isso tivesse origem em outra razão.

Como foi esse fato que propiciou a inscrição da autora perante órgãos de proteção ao crédito, é inegável a responsabilidade da ré pela mesma.

Vale dizer que foi a conduta negligente da ré que levou ao débito da autora perante o segundo réu e à negativação dela por parte deste.

Tal cenário configura os danos morais sofridos pela autora, sendo incontroverso que os prejuízos advindos da inserção de alguém nessas condições são facilmente presumíveis.

É relevante destacar que não se pune aqui o ato da inscrição propriamente dito e sim os fatos que a motivaram na medida em que restou comprovada a ausência de base para eles.

Quanto ao segundo réu, tenho que a ação não prospera a seu propósito.

Se é indiscutível que ele negativou a autora, é certo também que havia amparo para tanto cristalizado no saldo devedor da conta desta.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Não se entrevê, pois, ilicitude do réu na apuração da dívida que pesava contra a autora tendo em vista que ela efetivamente existia e foi concebida validamente.

A circunstância da falha da primeira ré não vai ao ponto de contaminar a negativação da autora, ocorrida com o devido suporte do débito cristalizado de maneira legítima.

Por tudo isso, concluo que a ação procede em face da primeira ré, ao contrário do que se dá com o segundo réu.

Em consequência, de um lado a autora fará jus à reparação dos danos morais que sofreu a partir da desídia da primeira ré, afigurando-se o montante postulado como adequado a tanto inclusive porque parte do valor pleiteado poderá ser destinado à quitação da dívida em aberto junto ao segundo réu.

Por outro lado, a negativação da autora deverá ser restabelecida porque, como assinalado, o débito que lhe deu causa existia.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato de prestação de serviços de telefonia celebrado entre a autora e a ré **NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A** e também para condenar essa ré a pagar à autora a quantia de R\$ 14.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, bem como para **JULGAR IMPROCEDENTE** a ação relativamente ao réu **BANCO BRADESCO S/A**.

Caso a primeira ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Torno sem efeito a decisão de fls. 07/08, item 2.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 08 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**